
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2011

TCEES TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

2011

Conselheiro Umberto Messias de Souza
Presidente do Tribunal de Contas do Estado
do Espírito Santo (01/01 a 13/06/2011)

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto
Vice-Presidente no exercício da presidência
(de 14/06 a 04/07/2011)
Presidente do Tribunal de Contas do Estado
do Espírito Santo (a partir de 05/07/2011)

© TCEES, 2012

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.
Relatório de Atividades Anual: 2011 / Tribunal de Contas do Estado.
Vitória/ES: TCEES, 2012.
26p.

1.Tribunal de Contas-Espírito Santo (E)-Relatório de Atividades Anual: 2011.
I.Título.

(341.38509815206)

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29.950-913
Telefone (27) 3334-7600
www.tce.es.gov.br

CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Umberto Messias de Souza

Presidente (01/01 a 13/06/2011)

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Presidente (a partir de 05/07/2011)

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Vice-Presidente (01/01 a 04/07/2011)

Conselheiro Elcy de Souza

**Vice-Presidente (de 05/07 a 06/11/2011 e
retorno ao MP em 07/11/2011)**

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Corregedor Geral

Conselheiro Valci José Ferreira de Souza

Conselheiro Marcos Miranda Madureira

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

Conselheiro Domingos Augusto Taufner (a partir de 05/12/2011)

CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Procurador Domingos Augusto Taufner

Procurador Geral (de 01/01 a 04/12/2011)

Procurador Luciano Vieira

Procurador Geral em exercício (a partir de 05/12/2011)

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva

Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira (a partir de 13/12/2011)

DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

Ildemar Borges Júnior (de 01/01 a 21/07/2011)

José Teixeira Leite (a partir de 22/07/2011)

TCEES

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

Missão

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

Negócio
Controle Externo



Valores

Profissionalismo
Equidade
Ética e Transparência
Excelência de Desempenho
Responsabilidade Sustentável

Visão

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 71, § 4º, da Constituição Estadual e no artigo 7º, XVII, da Resolução TC nº 182/2002, apresento-lhes o relatório de atividades do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo relativas a 2011.

Inicialmente, gostaria de lembrar que o Tribunal foi criado em 1957 por meio da Lei nº 1.287, que lhe conferiu a missão institucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Titular de autonomia administrativa e financeira e sem qualquer subordinação hierárquica, sua competência constitucional é a de auxiliar os poderes legislativos estadual e municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública.

Este controle é exercido por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas contas do Estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, três auditores, três procuradores especiais de contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

Diante disso, destaco os seguintes eventos ocorridos em 2011:

- ✓ Renúncia do Conselheiro Umberto Messias de Souza, ao cargo de presidente, em 28 de junho, assumindo interinamente, o vice-presidente Sérgio Aboudib Ferreira Pinto;
- ✓ Eleição e posse do conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto como presidente do Tribunal de Contas, tendo como vice-presidente o conselheiro Elcy de Souza, em sessão realizada dia 5 de julho.
- ✓ Retorno do conselheiro Elcy de Souza ao Ministério Público Estadual, em 7 de novembro.

- ✓ Posse do conselheiro Domingos Augusto Taufner, em sessão especial ocorrida dia 5 de dezembro.
- ✓ Assume interinamente como Procurador-Geral, o Sr. Luciano Vieira, a partir de 5 de dezembro.
- ✓ Eleição, na sessão ordinária realizada no dia 06 de dezembro, dos conselheiros Sebastião Carlos Ranna de Macedo para presidente do TCEES, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto para vice-presidente e Domingos Augusto Taufner, corregedor-geral. A posse dos eleitos está marcada para o dia 3 de janeiro de 2012.
- ✓ Nomeação do Sr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, no cargo efetivo de Procurador Especial de Contas, por meio da Portaria P nº 375/11 (DOE 07/12/11) e posse e exercício no dia 13/12/11.
- ✓ Oficialização do Núcleo de Controle Interno, instituído pela Resolução TC nº 223/2010 - DOE 20/12/10), com a nomeação de seu coordenador, conforme Portaria P nº 218/11 (DOE 12/07/11, retificada em 26/07/11).
- ✓ Assinatura de 6 acordos de cooperação.
- ✓ Instituição de 13 comissões técnicas.
- ✓ Publicação de matérias em espaço exclusivo no Diário Oficial do Estado, desde o dia 24 de janeiro, cujo novo layout gráfico melhora a visualização das matérias do Tribunal de Contas e concorre para a transparência dos seus atos.
- ✓ Transmissão das sessões do Pleno na TV Assembléia (canal 12 da NET-ES) às quintas e sextas-feiras, entre 15h e 18h, desde o dia 14 de abril, o que amplia a transparência das atividades do TCEES.
- ✓ Apresentação da Orquestra de Cordas e do Coro Curumim da Faculdade de Música do Espírito Santo, em comemoração aos 53 anos do TCEES.
- ✓ Continuidade do programa de atualização técnica para servidores.
- ✓ Realização de solenidade pública de lançamento do Plano Estratégico da Corregedoria 2010-2015;
- ✓ Realização do Programa Regionalizado de Atualização Técnica para Servidores Jurisdicionados.
- ✓ Audiência interna de apresentação e discussão da proposta do código de ética dos servidores.
- ✓ Homenagem prestada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao presidente do TCEES, conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, com a entrega do Colar do Mérito da Corte de Contas José Maria Alkmin.

- ✓ Evento literário-musical em comemoração ao dia do Servidor Público, com a participação de servidores do TCEES e do Coro Sinfônico da Faculdade de Música do Espírito Santo.
- ✓ Palestra sobre as medidas mais eficientes de prevenção e combate ao câncer de mama, do colo do útero e de próstata, em parceria com a Associação feminina de educação e combate ao câncer (AFECC).
- ✓ Outros eventos de capacitação: fórum “O Tribunal de Contas e o Meio Ambiente”, palestras: “Os novos tempos e os novos desafios da gestão pública no Brasil”, “Contabilidade aplicada ao setor público: Novos rumos, novos desafios”, “Normas de Auditoria Governamental (NAGs)”, Seminário “O papel do controle social no combate à corrupção”.
- ✓ Visita técnica dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Srs. Aldrin Willy Mesquita Taborda, Clodoaldo Pinheiro Filho e Willian Ferreira Coutinho, no período de 29/08 a 02/09/11, para acompanhar o processo de reavaliação e depreciação de bens patrimoniais do TCEES.
- ✓ Publicação da Resolução TC 227/11 (DOE 02/09/11), que aprova o Guia de Orientação para criação, implantação, manutenção e fiscalização do sistema de controle interno da administração pública estadual e municipal.
- ✓ Publicação da Portaria MPC/ES Nº 001/2011 (DOE 06/09/11), que dispõe sobre a titularidade das Procuradorias de Contas no Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo, assim distribuídas: 1ª Procuradoria – Domingos Augusto Taufner, 2ª Procuradoria – Luciano Vieira, 3ª Procuradoria – Luis Henrique Anastácio da Silva. Ressalta-se que a responsabilidade pela emissão de Parecer relativo às Contas de Governo de 2011 ficará a cargo do Procurador Luis Henrique Anastácio da Silva.
- ✓ A participação do Controlador Geral Técnico Tadeu Pimentel City e do Subcontrolador Geral Técnico Romário Figueiredo como membros do Conselho de Transparência Pública e combate à corrupção do Estado do Espírito Santo, instituído pelo Decreto nº 1727-S, de 23/08/11 (DOE 24/08/11).
- ✓ Apresentação do Programa de Controle e Eficiência do Gasto Público “Mais com Menos”, proferida pela subsecretária de Administração e coordenadora do programa, Maria Leila Casagrande. Destaca-se também a participação do secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos, Heráclito Amancio Pereira Junior e da analista administrativa, Carolina Kaizer.
- ✓ Publicação da Decisão Plenária 003/2011 (DOE (24/08/11), que revoga o Parecer Consulta nº 18/2003 - que trata da exclusão da Receita de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre a remuneração paga a servidores públicos, para fins de apuração da despesa com pessoal e do cálculo da Receita Corrente Líquida.

- ✓ Participação do TCEES na Comissão Organizadora Estadual (COE) da Primeira Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social (Consocial-ES), a se realizar de 01 a 03 de março de 2012, na cidade de Vitória, por meio da Portaria nº 032-S, da Secretaria de Estado de Controle e Transparência (DOE -21/09/11), em atendimento ao Decreto nº 2776-R (DOE - 06/06/11).
- ✓ Mobilização e participação no evento em defesa dos royalties.
- ✓ Investimento em tecnologia da informação, com a reestruturação e modernização do parque tecnológico pela aquisição de equipamentos, *softwares* operacionais, *software* de segurança, sistemas de rede *wireless*, e nova modalidade de impressão, permitindo redução de custos da ordem de 30%.
- ✓ Doação de equipamentos de informática substituídos ao Comitê para Democratização da Informática do Espírito Santo, entidade que tem por missão a inclusão social de populações menos favorecidas.
- ✓ Aprovação, em plenário, do anteprojeto de lei complementar que institui a modalidade de remuneração por subsídio para a carreira de controlador de recursos públicos, transformando-os em auditores de controle externo.
- ✓ Apresentação do anteprojeto da nova lei orgânica do Tribunal de Contas.
- ✓ Elaboração do manual de gestão de contratos, possibilitando também uma orientação efetiva para os jurisdicionados, a ser em breve validada por resolução.
- ✓ Determinação do retorno de servidores cedidos, que não estejam exercendo cargo de secretários ou subsecretários de Estado ou de municípios, ou presidência de empresas públicas, para recompor a força de trabalho.

Vitória, fevereiro de 2012.

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

TCEES

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO | 8 |
| 1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2011 | 8 |
| 1.2 RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO | 9 |
| 1.3 CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO | 13 |
| 1.4 FISCALIZAÇÕES | 13 |
| 1.5 AÇÕES PARA MELHORIA DO CONTROLE EXTERNO | 15 |
| 2 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS | 17 |
| 2.1 GESTÃO DE PESSOAS | 17 |
| 2.2 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL | 18 |
| 2.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 19 |
| 2.4 ORÇAMENTO | 20 |
| 2.5 SERVIÇOS GERAIS | 22 |
| 2.6 CONTROLE DOCUMENTAL | 22 |
| 3 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS | 24 |
| 4 CORREGEDORIA GERAL | 25 |

1 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

1.1 PRINCIPAIS RESULTADOS EM 2011

| Resultados do Controle Externo | Total |
|---|-------|
| Auditorias concluídas | 149 |
| Total de processos referente a controle externo autuados | 7.380 |
| Processos referentes a controle externo autuados (exceto pessoal) | 1.687 |
| Processos para apreciação de atos de pessoal que deram entrada no TCEES | 5.693 |
| Total de processos julgados ou apreciados conclusivamente | 6.735 |
| Processos julgados ou apreciados conclusivamente (exceto pessoal) | 593 |
| Atos de pessoal apreciados | 6.142 |
| Atos de pessoal com registro negado | 2 |
| Denúncias julgadas | 36 |
| Denúncias julgadas procedentes | 6 |
| Pareceres prévios em apreciação de contas: executivos municipais e estadual | 56 |
| Pareceres prévios pela rejeição * | 12 |
| Acórdãos proferidos | 509 |
| Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades | 297 |
| Acórdãos com contas julgadas irregulares * | 32 |
| Acórdãos em julgamento de atos de gestão: executivos municipais | 10 |
| Acórdãos com atos de gestão julgados irregulares * | 5 |
| Recursos julgados ou apreciados | 98 |
| Recursos com provimento negado | 24 |

* Pode haver mais de um interessado, gerando resultados distintos para o mesmo documento.

1.2 RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

Constituído por sete conselheiros, o Plenário se reúne para deliberações, tais como resoluções, instruções normativas, pareceres, pareceres-prévios, acórdãos ou decisões.

| Sessões Plenárias | Total |
|---|--------------|
| Sessões plenárias | 98 |
| Ordinárias | 93 |
| Especiais | 2 |
| Administrativas | 3 |
| Processos em pauta | 8.928 |
| Julgados ou apreciados de forma conclusiva | 6.735 |
| Chamamentos relativos a processos | 2.819 |
| Notificações | 1.426 |
| Citações | 1.393 |

A Secretaria Geral das Sessões é o setor responsável por secretariar sessões, prestar assessoria ao Plenário e adotar medidas necessárias decorrentes de atos.

| Atos do Plenário | Total |
|---------------------|--------------|
| Decisões | 7.764 |
| Acórdãos | 509 |
| Pareceres prévios | 79 |
| Parecer em consulta | 8 |
| Resoluções | 3 |
| Total | 8.363 |

Resoluções e instruções normativas - firmam entendimento de caráter normativo acerca de matérias de sua competência.

Pareceres em consulta - emitidos quando se trata de consultas.

Pareceres prévios - emitidos após análise das contas prestadas pelo governador e pelos prefeitos.

Acórdãos - emitidos nos julgamentos dos atos dos gestores estaduais e municipais dos órgãos dos Três Poderes e de entidades da administração indireta.

Decisões - geradas quando da apreciação das admissões de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão de servidores estaduais e municipais, para fins de registro.

As duas tabelas a seguir apresentam demonstrativo consolidado dos resultados dos pareceres prévios e acórdãos. A diferença entre o número de pareceres prévios e acórdãos e respectivos resultados deve-se ao fato de que pode haver mais de um interessado e, conseqüentemente, mais de uma decisão. Em seguida, são destacadas as resoluções, os pareceres em consulta e as decisões.

| Resultados dos Pareceres Prévios | Total |
|---|-----------|
| Prestação de Contas | 56 |
| Parecer pela aprovação | 42 |
| Parecer pela rejeição | 12 |
| Reformular parecer – aprovação | 2 |
| Recursos | 23 |
| Provimento - Reformular parecer – aprovação | 14 |
| Provimento parcial – rejeição | 3 |
| Outros | 3 |
| Não conhecer | 2 |
| Negar provimento – rejeição | 1 |
| Total | 79 |

| Resultados dos Acórdãos | Total |
|---|--------------|
| JULGAMENTO CONCLUSIVO | 522 |
| Atos de gestão – Prefeitos Municipais | 10 |
| Irregular | 5 |
| Saneado | 5 |
| Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras | 126 |
| Regular | 99 |
| Irregular | 16 |
| Saneado | 6 |
| Regular com ressalva | 5 |
| Prestação de Contas - Demais entidades | 185 |
| Regular | 129 |
| Regular com ressalva | 29 |
| Irregular | 16 |
| Saneado | 10 |
| Outros | 1 |
| Prestação de Contas – Convênio | 1 |
| Saneado | 1 |
| Denúncias | 36 |
| Improcedente | 22 |
| Procedente | 6 |
| Saneado | 4 |
| Parcialmente procedente | 4 |
| Recursos | 75 |
| Negado provimento | 23 |
| Saneado | 18 |
| Provimento | 18 |
| Outros | 9 |
| Provimento parcial | 7 |
| Representação | 20 |
| Improcedente | 7 |
| Outros | 6 |
| Procedente | 5 |
| Parcialmente procedente | 2 |
| Outros assuntos | 69 |
| Regular | 47 |
| Regular com ressalva | 9 |
| Saneado | 6 |
| Irregular | 6 |
| Improcedente | 1 |
| JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO | 3 |
| Multa | 3 |
| Total | 525 |

| Resoluções | | |
|------------|---|--|
| Nº | Ementa | Data da Publicação |
| 226 | Revoga a Resolução TC nº 220/2010, restaurando a redação anterior do Regimento Interno (Resolução TC nº 182/2002) que fora modificada pela Resolução TC nº 220/2010. Assim, os processos referentes aos Relatórios de Auditoria dos Órgãos e Poderes Municipais e Estaduais, à exceção dos relativos ao Poder Executivo, voltaram a instruir os respectivos processos de Prestação de Contas Anual, sendo julgados conjuntamente, consubstanciando apenas um acórdão. | 11.05.2011 |
| 227 | Dispõe sobre a criação, implantação, manutenção e fiscalização do Sistema de Controle Interno da Administração Pública, aprova o "Guia de orientação para implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública", estabelece prazos e dá outras providências. | 29.08.2011 Republicação 02.09.2011 |
| 228 | Dispõe sobre as rotinas e procedimentos da Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências | 13.09.2011 |

| Pareceres em Consulta ¹ | | |
|------------------------------------|---|---|
| Nº | Interessado | Ementa |
| 001 | Câmara da Serra (Raul Cezar Nunes) | Aplicação pela Administração Pública da Emenda Constitucional nº 58 no decorrer do exercício financeiro - Obrigatoriedade da redução do duodécimo no orçamento em execução no ano de 2010 |
| 002 | Câmara de Castelo (Gerson Antônio) | Pagamento de 13º subsídio a vereadores. Possibilidade condicional aos limites constitucionais pertinentes e ao princípio da anterioridade |
| 005 | C. Vitória (Antônio Alexandre dos Passos Souza) | Servidor efetivo afastado do cargo para exercer mandato eletivo de vereador - Recolhimento das contribuições previdenciárias - Responsabilidade da Câmara Municipal. |
| 006 | P. Anchieta (Edival José Petri) | Criação de fundação pública pelo Poder Legislativo - Possibilidade condicionada ao respeito à esfera de atuação da Casa de Leis - A Fundação criada pelo Poder Legislativo submete-se ao controle do Tribunal de Contas - Dever de inscrever-se como Unidade Gestora - Recursos mantenedores da Fundação devem ser extraídos do duodécimo da Casa de Leis. |
| 007 | P. Ibatiba (Lindon Jonhson Arruda Pereira) | Exercício simultâneo de cargo de Secretário Municipal com vereador - Impossibilidade de acumular cargos ainda que em municípios diferentes. |
| 008 | P. Mimoso do Sul (Ângelo Guarçoni Júnior) | Adicionais de Periculosidade e Insalubridade para servidores estatutários de município - Definição em Lei Municipal - Impossibilidade de aplicação da Consolidação das Leis Trabalhistas por analogia. |
| 009 | Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vargem Alta (Julimar Debona Sartóri) | Autarquia municipal prestadora de serviço de água e esgoto - quanto ao item 1 - não conhecimento da consulta - cargos cujas atribuições não mais persistem - sejam extintos ou declarados desnecessários - servidor efetivo titular de cargo extinto ou desnecessário - caso estável, seja colocado em disponibilidade - estando em estágio probatório, seja exonerado. |
| 010 | P. Alegre (Djalma da Silva Santos) | Quanto ao item 1 - não conhecimento da consulta - afastada a questão afeta à matéria eleitoral ante a incompetência da corte de contas - quanto ao item 2 - pode o poder executivo municipal, por lei própria, conceder aumento do salário mínimo definido por lei nacional aos servidores públicos municipais, mesmo que extrapole os limites da lei de responsabilidade fiscal devendo ser adotadas as providências definidas no artigo 169, §§3º e 4º da constituição federal - aos servidores que recebam mais do que o salário mínimo, mediante lei própria, é possível conceder reajuste que proporcione a atualização do respectivo plano de cargos e salários, mesmo no período de 180 dias anteriores ao término do mandato do chefe do poder, desde que observados os limites previstos nos artigos 16 e 20, da lei de responsabilidade fiscal, bem como o estabelecido no artigo 169, §1º, da constituição da federal. |

¹ Os pareceres em consulta nº 003 e 004 foram cancelados.

| Assunto das Decisões | Total |
|---|--------------|
| Apreciação conclusiva – atos de pessoal | 6.142 |
| Registro | 6.140 |
| Admissão | 3.096 |
| Aposentadoria | 2.212 |
| Pensão | 383 |
| Reforma | 86 |
| Transferência para reserva | 239 |
| Revisão de proventos | 24 |
| Retificação de ato | 68 |
| Reexame de decisão | 27 |
| Outras | 5 |
| Denegar registro | 2 |
| Demais decisões – não conclusivas | 774 |
| Deferir parcelamento | 9 |
| Arquivar | 126 |
| Revelia | 31 |
| Quitação | 15 |
| Consulta - não conhecer | 22 |
| Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária) | 5 |
| Devolver à origem | 45 |
| Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal | 7 |
| Notificar/Citar por edital | 5 |
| Alerta | 307 |
| Instaurar Tomada de Contas/Especial | 13 |
| Determinar/Recomendar a suspensão do certame (Cautelar) | 21 |
| Denúncia – receber/apurar | 52 |
| Outras | 116 |
| Decisões preliminares | |
| Total | |

1.3 CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO

As contas do Governo do Estado do Espírito Santo relativas ao exercício de 2010, de responsabilidade de Paulo César Hartung Gomes e constantes do processo TC-2691/11, foram relatadas pelo conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo e apreciadas pelo Plenário na sessão especial realizada em 30 de junho de 2011. O processo resultou no parecer prévio TC-063/2011, que recomendou à Assembleia Legislativa sua aprovação nos termos do artigo 75 da Lei Complementar nº 32/1993 c/c o artigo 115 da Resolução TC nº 182/2002.

De acordo com o disposto no artigo 71, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo, compete ao Tribunal de Contas a apreciação das contas anuais do Governo do Estado, de responsabilidade do governador, emitindo sobre elas parecer prévio para posterior julgamento pela Assembleia Legislativa.

1.4 FISCALIZAÇÕES

AUDITORIAS REALIZADAS

O Tribunal realiza auditorias para fins de verificação da legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, impessoalidade, publicidade, eficácia e eficiência da gestão em toda a administração pública, estadual e municipal, abrangendo todos os órgãos e entidades da administração direta ou indireta, o que inclui fundações e sociedades instituídas ou mantidas pelo poder público.

As auditorias fazem parte do cotidiano do Tribunal, que as realiza por meio do seu corpo técnico em razão de rotina ou por estímulo de solicitações institucionais e denúncias formuladas por cidadãos. Elas geram informações que são analisadas pelo Ministério Público Especial de Contas. Relatadas pelos conselheiros, subsidiam as decisões do Plenário.

| Auditorias | Total |
|-----------------|------------|
| Ordinárias | 121 |
| Especiais | 27 |
| Extraordinárias | 1 |
| Total | 149 |

Auditorias ordinárias - realizadas rotineiramente, segundo programação anual definida pelo Plenário.

Auditorias especiais - determinadas pelo presidente visam corrigir omissões, falhas ou esclarecer aspectos atinentes a atos, documentos ou processos.

Auditorias extraordinárias - de ordem do Plenário, visam fins específicos cuja relevância ou gravidade imponham exame urgente.

ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

| Análise de Prestação de Contas | Total |
|--|------------|
| Prestações de contas bimestrais (PCB) ¹ | 289 |
| Relatórios da LRF analisados ² | 409 |
| Relatórios técnicos contábeis (RTC) | 316 |
| Instruções preliminares em representações | 50 |
| Instruções técnicas conclusivas (ITC) | 618 |
| Em prestações de contas anuais (PCA) | 299 |
| Em outros processos | 319 |

Prestações de contas bimestral e anual são obrigação de todo jurisdicionado.

Para a apreciação e/ou julgamento final pelo Plenário, as Controladorias Técnicas elaboram, primeiramente, as análises contábeis e, finalmente, as instruções técnicas conclusivas.

1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

2 - RREO-Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

ANÁLISE DE PROCESSOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS

| Instruções técnicas em processos de pessoal | Total |
|---|--------------|
| Aposentadoria | 3.406 |
| Pensão | 622 |
| Admissão | 4.934 |
| Outros | 19 |
| Total | 8.981 |

A 7ª Controladoria Técnica é responsável pela análise e fiscalização dos processos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão originados nos órgãos e nas entidades sob a jurisdição deste Tribunal, excluindo-se as nomeações para cargo de provimento em comissão.

CONSULTAS E RECURSOS

| Consultas e Recursos | Total |
|---------------------------------------|------------|
| Despachos técnicos elaborados | 65 |
| Consultas pessoais atendidas | 92 |
| Consultas telefônicas atendidas | 548 |
| Instruções técnicas elaboradas | 130 |
| Consulta | 15 |
| Recurso | 113 |
| Casos especiais | 2 |

A 8ª Controladoria Técnica é responsável pelo apoio à atividade de controle externo e pelas orientações técnicas aos jurisdicionados, mediante a análise e o estudo dos casos especiais, atendendo a consultas, elaborando instrução técnica nas hipóteses de consultas escritas e em recursos, exceto quando se tratar das contas do Governador do Estado e de embargos de declaração.

1.5 AÇÕES PARA MELHORIA DO CONTROLE EXTERNO

O Plano Anual de Auditorias Ordinárias aprovado para 2011, contemplou aproximadamente um terço dos jurisdicionados, em cujas gestões se concentram mais de 80% das receitas públicas. Alguns municípios menores, selecionados por sorteio, também foram auditados. Esta decisão propiciou ganhos em qualidade, produtividade e celeridade, tanto nas auditorias quanto na tramitação dos processos. Além disso, foi possível dar mais atenção às auditorias especiais e extraordinárias;

ACORDOS DE COOPERAÇÃO FIRMADOS

- ✓ **Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)** - obtenção mútua de assessoramento técnico na divulgação e fornecimento da Planilha Orçamentária de Custos Unitários para obras e edificações editada através do laboratório de Orçamentos do Departamento de Engenharia de Produção do Centro Tecnológico da UFES, para aperfeiçoamento, revisão, utilização e divulgação pelo TCEES;
- ✓ **Junta Comercial do Estado do Espírito Santo** (prorrogação) - liberação do acesso à base de dados (Siarco) para visualização do cadastro e dos atos digitalizados das empresas registradas na Junta por servidores do Tribunal devidamente credenciados.
- ✓ **Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)** - oferecimento do Programa de Atualização Técnica "in loco" para servidores e lideranças municipais dos órgãos jurisdicionados ao TCEES/2011, a ser realizado pelo TCEES por meio da Escola de Contas Públicas, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à entidade e à sociedade a que pertencem e, criando condições que possibilitem uma melhor gestão dos recursos públicos;
- ✓ **Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação** (prorrogação) - apoio técnico ao planejamento estratégico do TCEES para o exercício de 2010 a 2015.
- ✓ **Banco do Brasil** - utilização pelo TCEES de sistema eletrônico de licitações eletrônico disponibilizado pelo BANCO, denominado **Licitações-e**, que possibilita realizar, por intermédio da internet, processos licitatórios eletrônicos para a aquisição de bens e serviços comuns.
- ✓ **Instituto Rui Barbosa** - cessão, pelo IRB, de licença permanente de uso do *software* de gestão estratégica e gestão de projetos CHANNEL, da empresa JExperts, baseado na metodologia *Balanced Scorecard – BSC – e PMBOK*.

COMISSÕES TÉCNICAS INSTITUÍDAS

- ✓ Comissão para continuidade dos procedimentos a serem adotados na progressão e promoção das carreiras do quadro efetivo referentes ao exercício de 2010 - Portaria N nº 10/2011 (DOE 16/03/11).
- ✓ Comissão responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado de Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados municipais - Portaria N nº 11/2011 (DOE 24/03/11).
- ✓ Comissão responsável pelo recebimento, análise e consolidação das propostas apresentadas ao Projeto de Resolução nº 001/2011 que trata do Código de Ética dos Servidores do TCEES - Portaria N nº 013/2011 (DOE – 03/05/11).
- ✓ Comissão responsável pelo planejamento e execução de Projeto Piloto de Auditoria Ambiental, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Seama / Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) - Portaria N nº 016/2011 (DOE – 27/05/11).

- ✓ Comissão responsável pela realização de estudos e definição de ações voltadas à Gestão Ambiental, no âmbito deste Tribunal de Contas - Portaria N nº 017/2011 (DOE 27/05/11).
- ✓ Alteração da composição da Comissão instituída pela Portaria N nº 051 de 16/12/2010, que tem por objetivo elaborar o projeto da nova Lei Orgânica do Tribunal de Contas, bem como adequar seus procedimentos com um novo Regimento - Portaria N nº 030/2011 (DOE - 15/08/11).
- ✓ Comitê Gestor responsável pela implantação e disseminação do Programa Mais com Menos no âmbito deste Tribunal - Portaria N nº 033/2011 (DOE - 2/09/11).
- ✓ Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) - Portaria N nº 034/2011 (DOE - 12/09/11).
- ✓ Comissão Permanente de Sindicância - Portaria N nº 035/2011 (DOE - 12/09/11).
- ✓ Comissão de Controle Interno, responsável pela implementação e planejamento das atividades - Portaria N nº 038/2011 (DOE 22/09/11).
- ✓ Comissão para analisar a Prestação de Contas Anual do Governo do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2011, tendo como Relator o Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel - Portaria N nº 039/2011 (DOE 22/09/11).
- ✓ Comissão de Planejamento e Acompanhamento das Contas do Governo do Estado do Espírito Santo, referente ao exercício financeiro de 2011, tendo como Relator o Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel - Portaria N nº 040/2011 (DOE 22/09/11).
- ✓ Comissão responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado de Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados municipais atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e aos Manuais de Contabilidade Aplicado ao setor Público - Portaria N nº 041/2011 (DOE – 25/10/11, republicada em 07/11/11).

2 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

O aperfeiçoamento da gestão pública está atrelado, em grande parte, à capacidade de todos os níveis gerenciais e aos servidores de trabalharem em equipe, com sinergia, de forma harmônica, buscando a modernização da instituição.

2.1 GESTÃO DE PESSOAS

GESTÃO DO CONHECIMENTO

| Resultados da Capacitação | Total | A capacitação é uma das estratégias da administração para cumprir, com qualidade, sua missão institucional. |
|---|------------------|---|
| Eventos | 192 | |
| Eventos realizados pelo TCEES | 114 | |
| Público Interno (servidores e membros do TCEES) | 23 | |
| Público Externo (jurisdicionados) | 91 | |
| Eventos promovidos por outras instituições | 50 | |
| Eventos de iniciativa do servidor | 15 | |
| Outros eventos | 13 | |
| Pessoas capacitadas | 4.450 | |
| Servidores e membros do TCEES | 1.392 | |
| Jurisdicionados | 3.066 | |
| Horas de capacitação | 59.071,50 | |
| Servidores e membros do TCEES | 16.744,50 | |
| Jurisdicionados | 42.327,00 | |

Ressalte-se igualmente a participação de servidores em visitas técnicas a outros tribunais de contas e em reuniões técnicas.

O Tribunal possui biblioteca com acervo de 19.678 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.

ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

- ✓ **Programa de desenvolvimento profissional dos servidores** - de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa TC nº 17/2009, de 30/06/09 (DOE 01/07/09), deu-se continuidade ao processo de progressão ou promoção em 2011, relativo ao ano base 2010.
- ✓ **Quadro de pessoal** – no final do exercício, o Tribunal contava com 499 servidores em atividade, sendo 247 efetivos, 18 estáveis e 234 comissionados. Foram elaborados controles, convênios e rescisões de termos de estágio, referentes ao provimento de 70 vagas de estágio de nível superior e 34 vagas de nível médio. Foram mantidos registros atualizados de 18 servidores cedidos para outros órgãos.
- ✓ **Auxílio-creche** – concessão regulamentada pela Instrução Normativa TC nº 16/2009, de 25/06/09 (DOE 26/06/09). É benefício de natureza indenizatória em favor de servidores ativos.

2.2 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Núcleo de Comunicação Social é a unidade responsável pelo planejamento e pela execução das ações relacionadas à comunicação interna e externa, tendo como foco a promoção do intercâmbio de informações, dentro do Tribunal e entre o Órgão e a sociedade, de forma a viabilizar a construção e a manutenção da imagem corporativa.

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações, de formas compreensíveis para servidores, jurisdicionados e cidadãos, visando efetividade e à eficiência da comunicação.

COMUNICAÇÃO INTERNA

O Tribunal mantém os seguintes canais de comunicação interna:

- ✓ **Intranet** - rede interna acessível exclusivamente aos servidores que, por meio dela, podem assistir às sessões plenárias online e obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, sobre seu corpo funcional e sobre cursos e eventos de capacitação. No período, publicaram-se 140 notícias na intranet.
- ✓ **Notícias no Ponto** - jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores. No período, publicaram-se 552 notícias no mural.

COMUNICAÇÃO EXTERNA

Com o intuito de promover a construção e a manutenção da imagem do Tribunal, o Núcleo de Comunicação Social se encarrega de receber jornalistas e fornecer-lhes informações de que necessitem para o cumprimento de suas pautas; de responder às demandas da mídia; de estabelecer rotinas que permitam detectar fatos e feitos que possam se tornar notícias; de criar ferramentas que possibilitem esclarecer à população e aos jurisdicionados sobre o papel do Tribunal de Contas.

O Tribunal mantém os seguintes canais de comunicação:

- ✓ **Portal TCEES** - meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço www.tce.es.gov.br.
- ✓ **Relatório de Atividades** – elaborado pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão e encaminhado à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 71, § 4º da Constituição Estadual.
- ✓ **Informativo Acontece** - boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais que oferecem curso de Direito e Administração, jornalistas e órgãos representantes dos Tribunais, como o Instituto Ruy Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Também os servidores, inclusive inativos, o recebem.
- ✓ **Responsabilidade Social** – destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pelo Núcleo de Assuntos de Cerimonial. No ano foram realizados 22 eventos.
- ✓ **Terminal de Auto-Serviço (Totem)** - com o intuito de facilitar o acesso a informações e à transparência a seus atos, o Tribunal coloca à disposição dos cidadãos um totem de auto-serviço, por meio do qual qualquer pessoa pode acessar a pauta das sessões e demais notícias. Instalado na recepção da sede do Tribunal, o equipamento pode ser manuseado facilmente, seja por toques na tela, seja por intermédio do teclado.

Além dessas atividades, destacam-se outras ações de divulgação externa realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social.

| Comunicação Externa | Total |
|---|-------|
| Atendimentos a jornalistas | 314 |
| Jornalistas recebidos no TCEES | 150 |
| Releases enviados à imprensa | 64 |
| Textos produzidos para o Informativo Acontece | 45 |
| Edições do Informativo Acontece publicadas | 4 |
| Exemplares do Informativo Acontece postados | 5.745 |
| Textos institucionais elaborados | 6 |
| Publicações | 1 |
| Notícias inseridas no Portal | 14 |
| Visitas realizadas (Relações Institucionais) | 3 |

2.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Tecnologia da Informação é base para a implementação de soluções objetivando a evolução dos procedimentos, a eficiência e a efetividade do controle dos recursos públicos por meio de ferramentas de apoio às auditorias.

Dentre as ações tomadas pode-se destacar:

- ✓ Manutenção e gerenciamento da rede.
- ✓ Manutenção dos sistemas de controle de processos, workflow e controle de sessões.
- ✓ Manutenção do sistema de recursos humanos, composto de três módulos integrados: folha de pagamento, treinamento e controle de pessoal.
- ✓ Manutenção do sistema portal da internet/intranet.
- ✓ Manutenção dos sistemas de apoio às auditorias: Sisaud, SisaudWeb, LRFWeb e correlação Sisaud-LRFWeb.
- ✓ Manutenção do sistema de automação das sessões plenárias.
- ✓ Suporte ao projeto de prestação de contas anuais.
- ✓ Realização de auditorias na área de informática.
- ✓ Estudo técnico para soluções na área de tecnologia da informação.
- ✓ Desenvolvimento do sistema de Solicitações à 3ª CA – módulo abono eletrônico de ponto.
- ✓ Desenvolvimento do projeto Certidão TCEES destinado a fornecer extrato da situação dos processos tramitados ou em tramitação a jurisdicionados e demais órgãos de governo.
- ✓ Manutenção de páginas web para atender os trabalhos da Corregedoria Geral.

2.4 ORÇAMENTO

O orçamento estadual para o exercício de 2011, objeto da Lei nº 9.624, de 18/01/11 (DOE 20/01/11), estimou receita e fixou despesa para o Tribunal de Contas em R\$ 90.752.400,00. No decorrer do exercício foram realizados os seguintes créditos adicionais suplementares:

- ✓ Decreto nº 1338-S, de 17/06/11 (DOE 20/06/11), de R\$ 1.550.000,00 (acréscimo por superávit financeiro do TCEES).
- ✓ Decreto nº 1874-S, de 21/09/11 (DOE 22/09/11), de R\$ 7.400.000,00 (acréscimo por superávit financeiro do Poder Executivo).
- ✓ Decreto nº 2440-S, de 24/11/11 (DOE 25/11/11), de R\$ 500.000,00 (anulações parciais de dotações orçamentárias).
- ✓ Decreto nº 2590-S, de 13/12/11 (DOE 14/12/11), de R\$ 1.200.000,00 (anulações parciais de dotações orçamentárias).
- ✓ Decreto nº 2663-S, de 27/12/11 (DOE 28/12/11), de R\$ 4.558.265,00 (anulações parciais de dotações orçamentárias).

Considerando os acréscimos por superávit financeiro, o orçamento atualizado passa a ser de R\$ 99.702.400,00.

Ressalte-se que o crédito orçamentário relativo à operação especial “Contribuição Previdenciária Complementar”, no valor de R\$ 20.158.265,00, permaneceu bloqueado pela Secretaria de Economia e Planejamento, tendo em vista que os repasses financeiros ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Espírito Santo, a título de “aporte financeiro”, foram executados por meio de operações extraorçamentárias. Desconsiderando-se este valor, o percentual de realização orçamentária foi de 98,33%, conforme demonstrado nas duas tabelas abaixo.

| Natureza da Despesa | Dotação Final | Empenhado | Liquidado | Pago |
|----------------------------------|----------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| Despesas correntes | 96.948.439,00 | 76.140.485,15 | 74.908.259,42 | 74.906.759,42 |
| Pessoal | 86.851.830,00 | 66.580.797,52 | 66.420.426,70 | 66.418.926,70 |
| Pessoal – Ativo | 66.693.565,00 | 66.580.797,52 | 66.420.426,70 | 66.418.926,70 |
| Pessoal – Inativo ¹ | 20.158.265,00 | <i>Crédito contido</i> | <i>Crédito contido</i> | <i>Crédito contido</i> |
| Outras despesas correntes | 10.096.609,00 | 9.559.687,63 | 8.487.832,72 | 8.487.832,72 |
| Despesas de capital | 2.753.961,00 | 2.075.720,94 | 1.289.971,49 | 1.289.971,49 |
| Total Geral | 99.702.400,00 | 78.216.206,09 | 76.198.230,91 | 76.196.730,91 |
| Total ² | 79.544.135,00 | | | (valores em R\$) |

1 - Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência. Bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 10 da Lei nº 9.624/2011 (LOA 2011).

2 - Desconsiderado, do total, o valor da despesa corrente com pessoal inativo.

| Demonstrativo de Execução Orçamentária, por Programas e Ações | | | | |
|--|-----------------------|----------------------|-------------------------|----------------|
| Programa/Ações | Dotação Inicial (R\$) | Dotação Final (R\$) | Despesa Empenhada (R\$) | Realização (%) |
| Programa de Controle Externo | 66.224.216,00 | 68.264.946,00 | 67.410.391,91 | 98,75 |
| Aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis. | 290.000,00 | 73.755,00 | 73.752,91 | 99,99 |
| Realização de concurso público | 50.000,00 | - | - | - |
| Fiscalização da gestão de recursos públicos estaduais e municipais | 60.588.416,00 | 64.353.522,00 | 64.251.377,27 | 99,84 |
| Implementação do PROMOEX | 977.800,00 | 752.400,00 | - | - |
| Capacitação e treinamento de recursos humanos | 684.000,00 | 902.095,00 | 902.089,40 | 99,99 |
| Gestão da tecnologia de informação | 3.634.000,00 | 2.183.174,00 | 2.183.172,33 | 99,99 |
| Programa de Apoio Administrativo | 24.528.184,00 | 31.437.454,00 | 10.805.814,18 | 34,37 |
| Pagamento de pessoal decorrente do provimento de novos cargos | 200.000,00 | - | - | - |
| Reestruturação de cargos e carreiras, revisão de remuneração, concessão de benefício e vantagens | 400.000,00 | - | - | - |
| Administração da unidade | 3.778.184,00 | 4.121.338,00 | 3.663.497,87 | 88,89 |
| Contribuição patronal ao fundo previdenciário | 7.150.000,00 | 7.157.851,00 | 7.142.316,31 | 99,78 |
| Contribuição previdenciária complementar | 13.000.000,00 | 20.158.265,00 | - | - |
| Total do Orçamento – disponível ¹ | 77.752.400,00 | 79.544.135,00 | 78.216.206,09 | 98,33 |
| Total do Orçamento | 90.752.400,00 | 99.702.400,00 | | |

1 - Desconsiderando o valor da contribuição previdenciária complementar.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Em respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 e art. 55, incisos I e III, o Tribunal elaborou Relatório de Gestão Fiscal explicitando dados relativos aos demonstrativos da despesa com pessoal, das disponibilidades de caixa, dos restos a pagar inscritos e dos limites, comprovando integralmente o cumprimento dos requisitos legais durante o exercício financeiro de 2010.

A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela abaixo e detalhada no Relatório de Gestão Fiscal, disponível no portal www.tce.es.gov.br.

| Descrição | 1º Quadrimestre | 2º Quadrimestre | 3º Quadrimestre |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$ | 52.020.200,25 | 53.913.914,92 | 62.501.970,88 |
| Receita Corrente Líquida – R\$ | 8.320.779.800,77 | 8.978.490.160,56 | 9.772.997.585,34 |
| Limite apurado – % | 0,63 | 0,60 | 0,64 |
| Limite máximo – 1,30 % | 108.170.137,41 | 116.720.372,09 | 127.048.968,61 |
| Limite prudencial – 1,24 % | 102.761.630,54 | 110.884.353,48 | 120.696.520,18 |

2.5 SERVIÇOS GERAIS

A 2ª Controladoria Administrativa é o setor responsável pela realização das atividades operacionais de manutenção, conservação e controle das dependências, dos transportes, dos materiais e do patrimônio do Tribunal, cujo valor, no final do exercício, estava estimado em R\$ 6.386.657. Era de 9.336 o número de bens patrimoniais.

2.6 CONTROLE DOCUMENTAL

| Controle Documental | Total |
|--|--------------|
| Nº de correspondências expedidas | 13.672 |
| Nº de correspondências recebidas | 11.015 |
| Nº de processos autuados | 7.753 |
| Nº de processos de controle externo | 7.380 |
| Nº de processos de pessoal do TCEES | 26 |
| Nº de processos administrativos do TCEES | 347 |

O Núcleo de Controle de Documentos é a unidade responsável por todas as atividades relacionadas ao trâmite de documentos e processos, desde a autuação até o arquivamento, quando for o caso.

| Autuação de Processos de Controle Externo, por assunto | Total |
|--|--------------|
| Pessoal | 5.693 |
| Pessoal Admissão | 795 |
| Pessoal Pensão | 421 |
| Pessoal Reserva Remunerada | 220 |
| Pessoal Aposentadoria | 146 |
| Pessoal Reforma | 96 |
| Pessoal Edital de Concurso Público | 12 |
| Pessoal Concurso Público | 1 |
| Pessoal Hora extra | 1 |
| Pessoal Reserva Não Remunerada | 1 |
| Outros Assuntos | 1.687 |
| Prestação de Contas Anual | 402 |
| Relatório Resumido de Execução Orçamentária | 294 |
| Prestação de Contas Bimestral | 131 |
| Representação | 124 |
| Auditoria Relatório | 113 |
| Relatório de Gestão Fiscal | 106 |
| Denúncia | 97 |
| Lei Orçamentária Anual | 83 |
| Lei de Diretrizes Orçamentária | 79 |
| Recurso de Reconsideração | 67 |
| Consulta | 53 |
| Requerimento | 21 |
| Auditoria Solicitação | 21 |
| Comunicação Instauração Tomada de Contas | 19 |
| Recurso de Revisão | 12 |
| Embargos de Declaração | 12 |
| Precatório | 11 |
| Encaminhamento | 8 |
| Auditoria Especial | 7 |
| Plano Plurianual | 6 |
| Tomada de Contas | 5 |
| Reexame de Decisão | 4 |

| | |
|---|--------------|
| Tomada de Contas Especial | 3 |
| Fornecimento de certidão | 3 |
| Auditoria | 1 |
| Fornecimento de cópia de peça de processo | 1 |
| Esclarecimento | 1 |
| Fornecimento de informação | 1 |
| Prestação de Contas Mensal | 1 |
| Recurso | 1 |
| Total | 7.380 |

3 MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

A criação do Ministério Público Especial de Contas na estrutura do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo ocorreu por meio da Lei Complementar nº 451, de 05 de agosto de 2008 (DOE 06/08/08).

A oficialização do Ministério Público Especial de Contas se deu na sessão especial do dia dezessete de março de 2010, com a posse do procurador geral Domingos Augusto Taufner.

Cabe ao Ministério Público Especial de Contas resguardar o cumprimento das decisões do Tribunal de Contas, tomadas em caráter definitivo, e de todos os atos contidos na esfera de sua competência.

As análises elaboradas pelos técnicos do Tribunal geram informações que subsidiam as decisões do Plenário; elas também passam pelo crivo do Ministério Público Especial de Contas. Depois, são encaminhadas aos conselheiros para apreciação e julgamento, quando for o caso.

O Ministério Público Especial de Contas conta com apoio de uma secretaria. Entre suas funções está a de acompanhar os processos de cobrança resultantes das sanções previstas em lei e multas proporcionais aos danos causados ao erário, aplicadas pelo Tribunal de Contas aos responsáveis por atos ilegais ou irregulares.

A tabela abaixo relaciona as atividades do Ministério Público Especial de Contas e o montante de multas e ressarcimentos com recolhimento aprovado pelo Tribunal.

| Atividades Relacionadas | Total |
|---|-----------|
| Nº de processos distribuídos | 8.444 |
| Nº de pareceres emitidos | 7.455 |
| Nº de termos de atualização de valores a cobrar | 142 |
| Nº de termos de verificação de valores pagos | 65 |
| Nº de novas cobranças cadastradas no sistema | 120 |
| Montante de comprovação de multas recolhidas aos cofres públicos estaduais (em R\$) * | 87.818,89 |
| Montante de comprovação de ressarcimentos recolhidos aos cofres públicos (em R\$) * | 80.973,44 |

* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.

4 CORREGEDORIA GERAL

A Corregedoria Geral foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010. O conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo foi eleito para o biênio 2010-2011.

No exercício de 2011 a Corregedoria concluiu seis procedimentos disciplinares. Ao final do exercício, quatro procedimentos disciplinares estavam em andamento.

Em uma gestão compartilhada, a Corregedoria vem incentivando a participação dos servidores no desenvolvimento de projetos relativos às atividades fim e meio do Tribunal, todos alinhados ao Plano Estratégico 2010-2015 do TCEES.

Ressaltamos que desde a criação da Corregedoria Geral até o final do exercício de 2011, foram elaborados 25 projetos sob sua orientação técnica, que se encontram no portal do TCEES, na seção da Corregedoria Geral.

A tabela seguinte destaca os 9 projetos iniciados em 2011:

| Nº | Projeto | Objetivo Geral | Situação Atual |
|----|--|---|---|
| 17 | Transparência nas contas | Propor mecanismos para divulgação dos atos do Plenário. | Proposta de resolução encaminhada, no dia 20 de maio de 2011, ao Conselheiro Presidente e à Comissão Técnica instituída pela Portaria N nº 051/2010 para revisão da Lei Complementar 32/1993 e Regimento Interno. |
| 18 | TCEES Sustentável | Elaborar programa para implantação da gestão ambiental no TCEES, com o objetivo de propor a adoção de uma série de projetos que corrijam e diminuam, pelo uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos, os impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho. Os projetos propostos terão três linhas de atuação: 1- conscientização e sensibilização quanto à necessidade de proteção do meio ambiente; 2- ações de combate ao desperdício e de redução de consumo e custos e 3- promoção da responsabilidade socioambiental nas aquisições e contratações institucionais. | Proposta de implantação do programa encaminhada, no dia 27 de maio de 2011, ao Conselheiro Presidente, ao Coordenador do Planejamento Estratégico 2010-2015 e à Comissão Técnica instituída pela Portaria N nº 017/2011 para realização de estudos e definição de ações voltadas à gestão ambiental no TCEES. |
| 19 | Aplicabilidade das penalidades administrativas previstas no Art. 5º da Lei 10.028/2000 | Propor a adequação do Regimento Interno do TCEES ao Art. 5º da Lei 10.028/2000 (lei dos crimes fiscais). Instaurar e operacionalizar o procedimento a que se refere o §1º do Art. 5º da Lei nº 10.028/2000 nas decisões do TCEES. | Proposta de resolução encaminhada, no dia 13 de dezembro de 2011, ao Conselheiro Presidente e à Comissão Técnica instituída pela Portaria N nº 030/2011 para revisão da Lei Complementar 32/1993 e Regimento Interno. |
| 20 | Auditoria Operacional | Apontar as condições mínimas necessárias para a implementação da auditoria operacional. | Proposta de resolução encaminhada, no dia 26 de agosto de 2011, ao Conselheiro Presidente. |
| 21 | Padronização dos textos institucionais | Definir padrões de formatação e propor sua adoção nos textos institucionais. | Proposta de portaria encaminhada, no dia 15 de dezembro de 2011, ao Conselheiro Presidente. |
| 22 | Diário Oficial Eletrônico do TCEES | Definir padrões para formatação, publicação e divulgação digital dos atos processuais e administrativos do TCEES. | Proposta de implantação encaminhada, no dia 15 de dezembro de 2011, ao Conselheiro Presidente. |
| 23 | Organização do seminário "O Papel do Controle Social e Interno no Combate a Corrupção" | Realizar Seminário em comemoração ao Dia de Combate à Corrupção. | Seminário realizado. |
| 24 | Plano de ação para implantação das Normas de Auditoria Governamental - NAGs | Propor plano de ação para implantação no TCEES das Normas de Auditoria Governamental aplicáveis ao controle externo brasileiro | Proposta de resolução encaminhada, no dia 07 de dezembro de 2011, ao Conselheiro Presidente. |
| 25 | Elaboração de acórdãos e pareceres prévios | Aumentar a transparência e o desempenho na redação dos acórdãos e pareceres prévios | Proposta de resolução encaminhada ao Conselheiro Presidente |

